

A evasão escolar dos alunos cotistas sociais na educação profissional

THAIS WATAKABE*

Resumo: Este trabalho teve como objetivo analisar a política afirmativa de cotas sociais na educação profissional. O propósito foi verificar os motivos que levaram os alunos cotistas sociais do IFPR – Instituto Federal do Paraná, campus Paranavaí, a evadirem, como também os motivos que poderiam levar a evasão. Partiu-se da hipótese de que as cotas sociais eram ações que buscavam combater a discriminação e a desigualdade que atingiam certos grupos decorrentes de sua condição social. Porém, apesar das cotas permitirem o acesso a instituições de ensino público, muitos alunos cotistas acabavam evadindo. Assim, partindo desse contexto, foi feito um levantamento dos principais motivos da evasão pelos cotistas sociais, por meio de questionários com os alunos evadidos e atuantes do IFPR campus de Paranavaí. Conclui-se que o possível causador da evasão era a falta de tempo dos alunos para estudarem devido à necessidade de os mesmos terem que trabalhar.

Palavras-chave: Cotas sociais; Evasão escolar; Educação profissional.

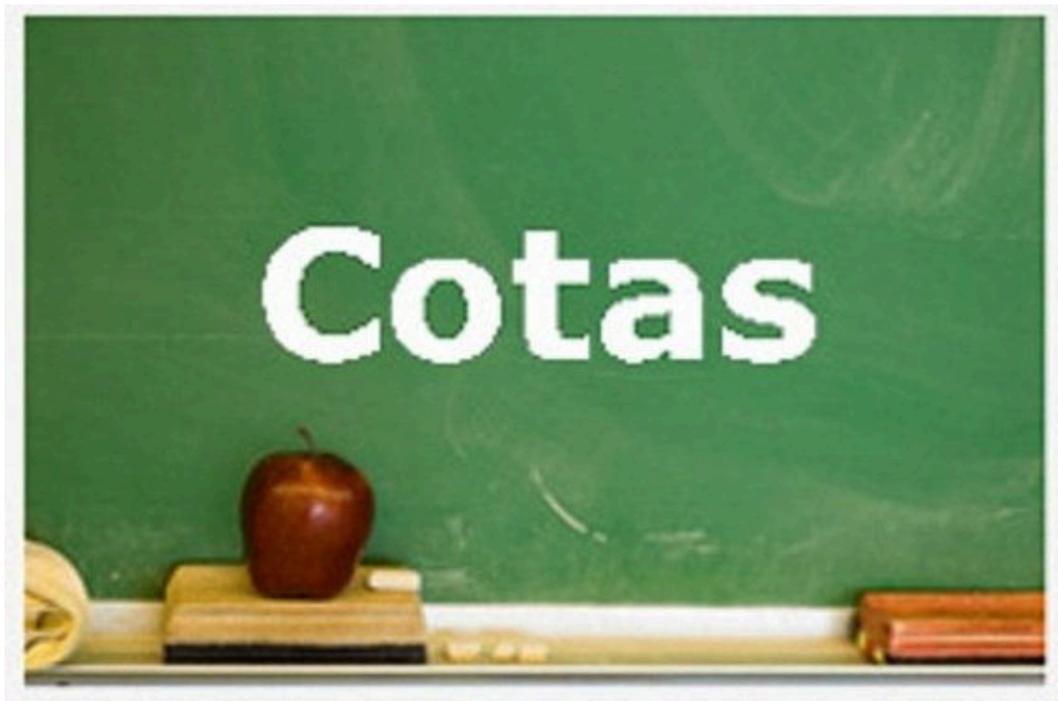
School evasion of social quotas system students in the professional education

Abstract: This study aimed to analyze the affirmative policy of social quotas in professional education. The purpose was to verify the reasons why the social quota students of IFPR - Federal Institute of Paraná, campus Paranavaí, to evade, as well as the reasons leading these students to evade. It is hypothesized that social dimensions were actions that sought to combat discrimination and inequality that affected certain groups due to their social status. But despite quotas allow access to public education institutions, many quota students ended evading. Thus, based on this context, a survey was made of the main reasons for avoidance by social shareholders, through questionnaires with dropouts and active students IFPR campus Paranavaí. It is concluded that the likely cause of evasion was the lack of time for students to study because of the need for them having to work

Key words: Social quotas; Truancy; Professional education.



* **THAIS WATAKABE** é doutoranda em Educação e Pedagoga no IFPR campus Paranavaí (PR).



Introdução

O uso do sistema de cotas na educação é um assunto que vem sendo debatido há muito tempo, com discussões em âmbito estadual e federal. Nesta esfera, por meio da lei 12.711 de 29/08/2012, as cotas sociais são oferecidas a pessoas que possuem no seu “currículo” uma vida estudantil toda em escola pública. Porém, apesar das ações de inclusão, que oportunizam a entrada de alunos antes excluídos, não é garantido a eles ações de permanência, pois muitos desses alunos acabam evadindo das escolas.

Assim, esta pesquisa propôs fazer um levantamento diagnóstico acerca da evasão escolar de alunos cotistas sociais da educação profissional, com o intuito de apontar os motivos que levam a essa evasão. Tendo como local de pesquisa o IFPR campus Paranavaí. Essa instituição no ano da pesquisa (2012) oferecia em seu processo seletivo 70% das suas vagas para cotistas, sendo: 40% para cotas sociais, 20% para cotas raciais, 5% para indígenas e 5% para portadores de necessidades especiais.

Para execução deste trabalho fez-se uso de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental, realizada na instituição de ensino que foi cenário para a pesquisa. O levantamento dos motivos que levaram os cotistas sociais da educação profissional a evadirem foi feito por meio do estudo de caso, no qual se aplicou um questionário para os alunos em ativa e outro para os alunos evadidos, tendo como objetivo elencar os motivos que os levariam e os levaram a evadir, ou seja, quais as dificuldades que encontravam para estudar.

Por fim, apresentam-se os resultados das análises dos questionários, indicando os principais motivos da evasão escolar dos cotistas sociais.

Ações afirmativas no Brasil: cotas sociais

A redemocratização no Brasil é ainda um processo recente e permeado por diversas lacunas não resolvidas. Uma delas refere-se à permanência de características não mutáveis inerentes a um indivíduo, como cor e sexo, a influir na definição das oportunidades de

ingresso no mundo do trabalho, desempenho educacional ou acesso ao ensino superior. Dados sobre discriminação e desigualdades nessas diferentes áreas têm sido sistematicamente divulgados nos últimos anos, contudo, no campo prático, são várias as controvérsias acerca de quais seriam as melhores soluções, já que essa situação tem-se mostrado inalterada por décadas. Uma das propostas que surgiram como resposta ao problema foram às políticas de ação afirmativa (MOEHLECKE, 2002).

O que vêm a ser políticas de ações afirmativas? Há vários conceitos sobre esse termo, destacando-se a elaboração de Joaquim Barbosa Gomes (2001, p.6-7):

[...] as ações afirmativas consistem em políticas públicas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade.

Diz-se que as igualdades de oportunidades e de tratamento não vêm sendo oferecidos à população negra e/ou pobre devido ao histórico de discriminação e de desigualdade que esses grupos sofrem. O Brasil, por ser um país formado por diferentes povos (indígenas, africanos, europeus, asiáticos) fez com que a interação social fosse desigual desde o início da colonização portuguesa. Alguns desses povos, especialmente os brancos de origem europeia, lograram vários

privilégios em relação aos demais povos que formaram a nação brasileira (SANTOS et al., 2008). Em decorrência disso, até hoje, convive-se com grandes desigualdades pautadas por diferenças de pertencimento de classe social e de grupo racial.

O Brasil é um país em que o preconceito e a discriminação racial não foram zerados, e nesse contexto, alunos brancos e negros pobres ainda não são iguais, pois uns são discriminados uma vez pela condição socioeconômica e outros são discriminados duas vezes pela condição racial e socioeconômica (MUNANGA, 2003).

Na visão de Gomes (2000), a educação é o campo no qual mais se notam as diferenças sociais e raciais existentes no país. Isto pode ser evidenciado na constatação de que sujeitos de classes sociais mais baixas, formada por maioria dos negros e índios, não possuem educação básica de boa qualidade em decorrência da precariedade do ensino público. Esses grupos não podem, assim, concorrer com as mesmas condições de igualdade com aqueles que estudaram em instituições privadas. Chagas e Torres (2009, p.5) opinam sobre este assunto:

As escolas públicas estão, em sua maioria, arruinadas, e há uma grande dificuldade para que as pessoas pobres – negras ou não - consigam educação de qualidade. Se tivermos políticas públicas que melhorem as escolas das periferias, com certeza teremos mais pobres e mais negros em universidades e escolas técnicas federais.

Entende-se assim que, como uma forma de promover a igualdade, as cotas são necessárias, pois permitem que os desfavorecidos de uma educação básica de boa qualidade passem a ter acesso a

ela, como também buscam combater a discriminação racial.

E a inserção diferenciada no ensino [...] público brasileiro de estudantes negros e/ou pobres é importante não somente para amenizar a enorme desigualdade quando se compara a pequena inserção desses alunos com a dos alunos brancos e/ou ricos, como essa inserção diferenciada possibilita a convivência entre estudantes de classes sociais e grupos raciais diferentes; contribui para a revisão e a reprovação de preconceitos raciais, de classe e de atitudes discriminatórias; possibilita a formação de profissionais negros ou de origem social pobre gerando novas referências para a sociedade brasileira e novas visões sobre a sociedade brasileira (SANTOS et al., 2008, p. 915).

É de entender desses mesmos autores, que as cotas devem ser vistas como ações reparatórias/compensatórias e até mesmo preventivas que buscam corrigir situações de discriminação, desigualdade e exclusão, infringidas a certos grupos no passado, presente e futuro, por meio da expansão do acesso ao campo educacional, social, econômico, político e cultural.

Assim, o sistema de cotas permite que grupos antes excluídos passem a ter acesso à educação profissional e ao ensino superior público. Expressão apresentada por Boto (2005, p.779) na seguinte afirmação:

O direito a educação será consagrado quando a escola adquirir padrões curriculares e orientações políticas que assegurem algum patamar de inversão de prioridades, mediante atendimento que contemple – à guisa de justiça distributiva – grupos sociais reconhecidamente com maior dificuldade para participar desse direito subjetivo universal – que é a

escola pública, gratuita, obrigatória e laica. Aqui entram as políticas que favorecem, por exemplo, a reserva de vagas por cotas destinadas, nas universidades, a minorias étnicas.

Percebe-se o caráter afirmativo e imediato das cotas. Estas não provocam a queda do padrão acadêmico das instituições de ensino, conforme Velloso (2009), nem geram uma racialização, mas uma diversificação positiva. Segundo Moehlecke (2002), é muito importante a integração dos diferentes grupos sociais e étnicos existentes por meio da valorização da diversidade cultural que geram. Essa ideia tenta conferir uma identidade positiva àqueles que antes eram definidos pela inferiorização e supõe que a convivência entre pessoas diferentes ajudaria a prevenir futuras visões preconceituosas e práticas discriminatórias.

Entende-se que a transformação da sociedade vai muito além do uso de um sistema de cotas. É necessário melhorias na educação básica, porém o uso de cotas pelas instituições de ensino não impede que essas melhorias aconteçam. Chagas e Torres (2009, p.5) explicam esta constatação:

A universidade deveria ser o espaço de coroamento de uma situação já desenvolvida. O aluno deveria chegar à universidade lido, frequentador de biblioteca, com noções de informática [...]. Enquanto isso não se concretiza, Albertino Nascimento, do Cefet-BA, acredita que as cotas podem favorecer ou acelerar a melhoria da educação pública. “Quando o estudante do Cefet, por exemplo, percebe tudo o que não teve dentro da escola, volta ao lugar onde estudou e dá um retorno, forçando a instituição a se repensar”.

A lei 12.711 de 29/08/2012, que originou as cotas, oportunizou o acesso às

instituições públicas de ensino, mas não garantiu ações para sua permanência. Isto vem agravando um problema já muito discutido que é a evasão escolar.

Dessa forma, muito tem se discutido sobre as ações afirmativas, em relação às cotas, como também existem diversos estudos sobre a evasão escolar, necessitando que essa discussão também ocorra de forma conjunta na educação profissional.

Cotas sociais X evasão na Educação Profissional

O uso do sistema de cotas na educação federal se concretizou por meio da lei 12.711 de 29/08/2012, na qual as instituições de ensino devem reservar metade de suas vagas a estudantes egressos da rede pública, ou seja, a pessoas que possuam no seu “currículo” uma vida estudantil integralmente construída em escola pública. No que diz respeito à educação profissional, a lei traz em seu 4º e 5º artigo:

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão em cada concurso seletivo para ingresso de cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados negros, pardos e indígenas, no mínimo igual à proporção de negros, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (BRASIL, 2012, p.2).

A lei sobre cotas nas instituições federais somente foi aprovada em 2012, porém essa discussão ocorre desde 1999, por meio do projeto de lei nº73/99. Assim, até 2012, as instituições de ensino possuíam autonomia para definir suas políticas de cotas. As ações de algumas instituições de ensino com relação a essa política eram desenvolvidas de forma isolada, uma vez que a política de cotas ainda não estava regulamentada oficialmente e, conseqüentemente, não era obrigatória nas instituições de ensino público ou poderia ser ofertada da maneira que a instituição de ensino considerasse mais viável.

Porém, apesar das ações de inclusão, que oportunizam a entrada de alunos antes excluídos, não são a esses garantidas ações de permanência, pois muitos desses alunos acabam evadindo das escolas. Segundo Freitas (2007) a quantidade de matrículas em âmbito nacional de estudantes tem aumentado significativamente, mas a evasão persiste.

Braga et al. (2003), comentam que a evasão apresenta-se sob duas formas distintas. Ela pode resultar de uma decisão do aluno, situação em que se identifica com o significado estrito do conceito, ou pode ser consequência de uma combinação de fatores escolares, socioeconômico e pessoais, em que a predominância dos dois primeiros caracteriza a decisão mais como exclusão do que propriamente como evasão. Assim, a evasão resulta ou da necessidade do aluno ingressar precocemente no mundo do trabalho ou das próprias condições escolares desfavoráveis com que ele se defronta: composição curricular, professores, organização da escola – processo que se conclui com a expulsão do aluno.

Para Gisi (2006) é difícil a permanência no ensino para os alunos de setores

menos favorecidos, não só pela falta de recursos, mas também pela falta de aquisição de “capital cultural” ao longo da trajetória de sua vida e de seus estudos, o que não se obtém de um momento para o outro. Essa desigualdade cultural é sentida desde a educação básica, quando a maioria dos alunos inicia seus estudos em desvantagem a outros, em virtude da ausência de oportunidades que tiveram em relação ao acesso a conhecimentos diversos, desde a mais tenra idade.

A evasão está presente em todos os níveis de ensino, atingindo vários alunos, inclusive os cotistas, cabendo a seguinte pergunta: A política afirmativa das cotas é uma ação de inclusão excludente?

Parte-se do pressuposto que essa ação será inclusiva não excludente a partir do momento que oferecer o acesso e as condições para permanência do aluno cotista, evitando a evasão deste aluno da instituição de ensino. Por isso a necessidade de se verificar os reais motivos que levam os alunos cotistas a evadirem da educação profissional e propor formas de ações que diminuam essa evasão. Segundo Silva Filho et al. (2007) o fato de se minimizar frequentemente as razões da evasão, apontando em geral a falta de recursos financeiros do aluno como a principal causa para a interrupção de seus estudos, faz com que se deixe muitas vezes de priorizar as questões de ordem acadêmica, como as expectativas do aluno em relação ao curso ou à instituição que pode encorajá-lo ou desestimulá-lo a desejar a conclusão do seu curso.

Entende-se que as instituições de ensino e seus professores devem estar

preparados para receber alunos cotistas, pois estes podem chegar sem pré-requisitos básicos como diz Chagas e Torres (2009). O despreparo da instituição de ensino e de seus professores em receber os alunos que chegam sem os requisitos básicos pode ser um dos causadores da evasão. Verifica-se essa possibilidade, tendo em vista que estas organizações constroem seu currículo, utilizam uma metodologia de ensino, como também aplicam a avaliação pensando no aluno ideal, ou seja, aquele que chega a instituição sem qualquer déficit de aprendizagem, o que acaba excluindo os alunos cotistas por não oferecer as condições necessárias para sua permanência.

Para analisar essa situação, realizou-se a pesquisa no IFPR¹ - Instituto Federal do Paraná campus Paranavaí, no qual foram coletadas informações sobre os alunos cotistas sociais da instituição, tanto os alunos cotistas que ainda estudavam na instituição, como aqueles que acabaram evadindo. O levantamento dos motivos que levaram os cotistas sociais da educação profissional a evadirem foi feito por meio do estudo de caso.

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um questionário para os alunos cotistas atuantes e outro para os alunos evadidos. Nesta pesquisa utilizou-se de questões de múltipla escolha, muitas vezes combinadas com questões abertas, com o intuito de colher mais informações sobre o assunto, e fez-se uso também de questões fechadas.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de dois questionários, um dirigido para os cotistas sociais evadidos e outro para os cotistas sociais atuantes.

¹ O Instituto Federal do Paraná (IFPR) é uma instituição pública federal de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC). É voltada a educação superior, básica e profissional,

especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino.

Para a elaboração do questionário levou-se em conta a necessidade de se conhecer o perfil desses alunos, sendo incluído no questionário questões de ordem pessoal e socioeconômica.

A coleta dos dados foi feita de duas maneiras. Para os alunos cotistas sociais evadidos realizou-se por meio de questionário enviado por correio eletrônico. No e-mail enviado havia informação sobre os motivos da pesquisa, instruções de preenchimento e a segurança do anonimato. Dos vinte e dois e-mails enviados, três não existiam mais, e apenas uma das pessoas a qual o e-mail foi enviado, respondeu o questionário.

Já a aplicação do questionário para os alunos cotistas sociais atuantes foi realizada no dia dezoito de outubro de dois mil e doze, nas dependências do IFPR campus Paranavaí. Responderam o questionário trinta e cinco alunos.

Após a coleta dos dados, a fase seguinte da pesquisa foi a análise dos dados. Para a análise das respostas abertas desta

pesquisa, achou-se mais conveniente selecionar as amostras das respostas obtidas e a partir daí construir hipóteses que serviriam de princípio de classificação. Utilizou-se a tabulação manual, pela quantidade de categorias e pelo número de participantes.

Por meio da análise das informações obtidas pelo questionário aplicado aos alunos cotistas sociais atuantes, pode-se traçar um perfil socioeconômico e pedagógico desses alunos, sendo estes dados importantes para entender os motivos da evasão.

Os dados estão apresentados nos quadros 01 e 02, segundo aspectos socioeconômicos e pedagógicos, respectivamente, considerando-se que após estudos sobre a temática, verificou-se que muitos alunos acabavam evadindo por questões financeiras ou por dificuldades de aprendizagem. A porcentagem apresentada nos quadros corresponde à resposta de maior incidência dos 35 alunos cotistas sociais atuantes que responderam ao questionário.

Questões para traçar o perfil socioeconômico do aluno	Resposta de maior incidência
Curso em que estuda?	40% Técnico em Eletromecânica
Turno em que estuda?	86% Noturno
Série/Semestre em que estuda?	1ª ano e 4º semestre
Faixa etária	23% entre 14 e 22 anos
Beneficiário do bolsa família?	69% não
Renda Familiar	86% de 1 a 3 salários mínimos
Composição da renda familiar	48% trabalham e contribuem para renda familiar
Recebe bolsa ou auxílio do IFPR?	63% não
Que tipo de bolsa recebe?	54% PBIS
A bolsa cobre suas despesas de estudo?	26% atende parcialmente

A evasão por motivos financeiros pode ser minimizada de que forma?	29% ampliação do número de alunos atendidos pela bolsa
--	--

Quadro 01 – Respostas de maior incidência dos alunos cotistas sociais ativos do IFPR campus Paranavaí no ano de 2012 com relação ao aspecto socioeconômico.

Fonte: Pesquisa realizada em 2012.

O quadro 01 demonstra que há uma incidência muito maior desses alunos no curso subsequente de Eletromecânica, que é um curso oferecido no período noturno e tem como exigência para ingresso a conclusão do Ensino Médio. Percebe-se também que os alunos cotistas em sua grande maioria estudam no período noturno.

Em decorrência dos cursos técnicos subsequentes do IFPR campus Paranavaí terem duração de dois anos e por terem modificado o currículo do curso de semestral para anual, não houve mais abertura de turmas semestrais, e com isso, a maioria dos alunos no campus de Paranavaí no ano de 2012 estavam no quarto semestre, ou seja, no último período do curso e os demais estavam cursando o primeiro ano.

Entre os cotistas sociais o número de alunos era maior nas faixas etárias de 14 a 18 anos e de 19 a 22 anos. Dessa forma, os cotistas sociais se constituíam como alunos jovens.

Para traçar o perfil socioeconômico dos alunos cotistas sociais atuantes, perguntou-se se eram no momento ou se já tinham sido beneficiários do Programa Bolsa Família. A maioria dos alunos que responderam ao questionário nunca haviam sido beneficiários do Programa Bolsa Família. Lembrando que para concorrer às vagas pelas cotas sociais ainda não se levava em consideração a renda familiar, e sim o histórico escolar todo em instituição de ensino público.

Percebe-se também que a maioria dos alunos tinha como renda familiar de 1 a 3 salários mínimos. Segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) baseado no número de salários mínimos pode-se fazer a divisão em cinco faixas de renda ou classes sociais, conforme a Tabela 1, válida para o ano de 2012 (salário mínimo em R\$ 622). Chega-se à conclusão de que os alunos fazem parte na sua grande maioria das classes D e E.

Tabela 1: Definição de faixas de renda familiar e salários mínimos por classe social

CLASSE	SALÁRIO MÍNIMOS (SM)	RENDA FAMILIAR (R\$)
A	Acima 20 SM	R\$ 12.440 ou mais
B	10 a 20 SM	De R\$ 6.220 a R\$ 12.440
C	4 a 10 SM	De R\$ 2.488 a R\$ 6.220
D	2 a 4 SM	De R\$ 1.244 a R\$ 2.488
E	Até 2 SM	Até R\$ 1.244

Fonte: IBGE (2012)

A maior parte dos alunos que responderam ao questionário disseram que trabalhavam e contribuíam para a renda familiar. Assim, a renda familiar apresentada pela maioria dos alunos representa a renda de mais de uma pessoa.

O IFPR possui um Programa de Bolsas de Inclusão Social, chamado PBIS, que oferece uma bolsa no valor de 350,00 reais para alunos que participam de projetos desenvolvidos para esse fim, no entanto, os alunos interessados devem se inscrever no processo seletivo, sendo a seleção feita pelas assistentes sociais da instituição, de acordo com a situação socioeconômica apresentada. No ano da pesquisa, a instituição recebeu 33 bolsas PBIS. A instituição também oferece auxílios alimentação, transporte e moradia, por meio do PACE – Programa de Auxílio Complementar ao estudante, o aluno pode receber um ou mais auxílios. A seleção desse programa

também se dá pela condição socioeconômica do aluno.

Dos alunos que responderam ao questionário 63% disseram não receber nenhuma bolsa ou auxílio do IFPR, porém dos alunos que recebiam, 54% referia-se ao PBIS.

Dentre os alunos que recebiam bolsa ou auxílio, para 26% a bolsa ou auxílio atendia parcialmente suas despesas com o estudo. Ligado a essa questão, perguntou-se aos alunos que participaram da pesquisa, se caso o motivo que levasse a evasão estivesse ligado à questão financeira, de que forma isso poderia ser minimizado. Entende-se que para 29% dos alunos, a evasão escolar motivada por questões financeiras poderia ser minimizada se o IFPR ampliasse o número de alunos atendidos. Após apresentar as questões de ordem socioeconômica, perguntou-se aos alunos sobre questões de ordem pedagógica, conforme Quadro 02.

Questões para traçar o perfil acadêmico do aluno	Resposta de maior incidência
Por que escolheu seu curso?	55% por afinidade
Tem dificuldades de aprendizagem?	25% têm dificuldades por não ter tempo de estudo em decorrência do trabalho
A didática do professor te desmotivaria a desistir do curso?	57% não
Comparece ao campus além do horário de aula?	40% nunca, pois tem outras atividades.
Quanto tempo estudo fora do campus?	29% pelo menos uma hora por dia
A evasão decorrente de dificuldades de aprendizagem pode ser minimizada de que forma?	48% maior participação dos alunos nos horários de atendimento dos professores

Quadro 02 - Respostas de maior incidência dos alunos cotistas sociais ativos do IFPR campus Paranavaí no ano de 2012 com relação ao aspecto acadêmico.

Fonte: Pesquisa realizada em 2012

Para 55% a escolha do seu curso foi por afinidade. Considerando que apesar da maioria dos alunos que responderam ao questionário estarem cursando seu curso por afinidade, muitos desses alunos disseram que possuíam dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem eram ocasionadas segundo 25% dos alunos por não se dedicarem aos estudos, por motivo de trabalho. Dessa forma, questionou-se aos alunos se os métodos e técnicas de ensino dos professores os motivariam a desistir do curso. Percebe-se que para 57% dos alunos não consideravam a didática do professor como um motivo para evadir do curso.

Visto as dificuldades de aprendizagem, perguntou-se aos alunos o quanto se dedicavam ao estudo, comparecendo ao campus fora dos horários de aula, para o desenvolvimento de projetos e/ou atendimento dos professores. Considerando-se que para minimizar as dificuldades que os alunos apresentam, o campus pede que seus professores deem atendimento no contraturno, além de outras atividades, como retomada de conteúdo, recuperação paralela. Porém, segundo tabela 02, 40% dos alunos pouco procuram essas atividades que colaboram para sua permanência na instituição. Alegaram que não podiam comparecer em decorrência do trabalho.

Devido à impossibilidade de comparecer à instituição em outros horários que não fosse no período de aula, foi questionado se eles reservavam um tempo de estudo além do que era realizado na aula. Vinte e nove por cento disseram estudar pelo menos uma hora por dia.

Perguntou-se aos alunos, se caso o motivo da evasão estivesse relacionado aos problemas de aprendizagem, o que poderia ser feito para minimizar esse

problema. Quarenta e oito por cento dos alunos declararam que tinham consciência que precisavam se dedicar mais, participando dos atendimentos dos professores.

Os principais dados sobre evasão escolar vieram de alunos cotistas sociais que não evadiram. O que se pode analisar e verificar foram os motivos que levariam esses alunos a evadirem. Percebeu-se que para esses alunos, os problemas ligados à questão socioeconômica seriam um dos motivos da evasão escolar, pois dos 35 respondentes, 13 recebiam bolsa ou auxílio, e destes 13, muitos além de receberem a bolsa ou auxílio continuavam trabalhando, pois o valor da bolsa ou auxílio não era suficiente para deixarem de trabalhar. Gerando talvez o principal motivo da evasão: a necessidade de trabalhar, pois os alunos apresentaram que as grandes dificuldades de aprendizagem estavam ligadas a falta de tempo para se dedicarem ao estudo devido ao trabalho.

Os alunos cotistas sociais evadidos que poderiam explicitar melhor os reais motivos para a evasão escolar não manifestaram suas respostas por meio do questionário, obtendo a resposta somente de uma das vinte e duas pessoas, para as quais foram enviados os e-mails. Esse aluno possui um perfil socioeconômico parecido com os demais alunos não evadidos, pois não foi beneficiário do Programa Bolsa Família, possuía renda familiar entre 1 a 3 salários, trabalhava, sendo o principal responsável pelo sustento de sua família, não foi bolsista do IFPR; escolheu o curso de Eletromecânica por já atuar na área, não comparecia ao campus fora do horário de aula, pois necessitava trabalhar, e se dedicava aos estudos pelo menos uma hora por dia, não apresentando dificuldades de aprendizagem. Considerou que os métodos e técnicas

utilizadas pelos professores não o motivou a desistir do curso, sendo o principal responsável pela sua saída da instituição a necessidade de trabalhar.

O principal motivo apresentado pelo aluno cotista social evadido vai ao encontro das sinalizações feitas pelos alunos cotistas sociais atuantes, sendo o principal motivo para a evasão escolar a necessidade de trabalhar, o que acabava dificultando a dedicação para o estudo.

Considerações finais

Partindo-se da hipótese de que as cotas sociais são ações que buscam combater a discriminação e a desigualdade que atingem certos grupos decorrentes de sua condição social, entende-se que as cotas sociais na educação são importantes, pois permitem que os desfavorecidos de uma educação básica de boa qualidade passem a ter acesso a ela, como também buscam combater a discriminação social. Porém, essa ação afirmativa, da forma como se apresenta, não está conseguindo atingir seus objetivos, pois as transformações culturais e sociais por meio da educação não estão acontecendo, como também os próprios atores desse processo, os cotistas, e os demais sujeitos, não percebem a importância e a necessidade da diversidade nas várias esferas do convívio humano, sendo isso explicitado pela evasão escolar dos cotistas.

A evasão escolar dos cotistas demonstra que esses sujeitos não conseguem usufruir dessa oportunidade gerada pelas cotas sociais, pois a eles não são dadas as condições para permanência, visto que o principal motivo levantado nessa pesquisa, tem-se como causador da evasão escolar dos cotistas sociais a falta de tempo para se dedicarem aos estudos, devido a necessidade de trabalhar.

Os motivos da evasão dos cotistas sociais resultam de um processo que mescla

questões de ordem socioeconômica e pedagógica, pois devido à condição social do aluno, este necessita trabalhar, mesmo sendo beneficiário de bolsas e auxílios da Instituição. Isso ocorre, pois os valores pagos não o permitem que deixem de trabalhar, visto que muitos alunos contribuem com a renda familiar, e com isso não conseguem se dedicar ao curso e ter tempo para estudar, deixando as dificuldades de aprendizagem surgirem ou aumentarem.

Porém, apesar dos problemas para a permanência do cotista nas instituições de ensino, o sistema de cotas é necessário, pois é um meio de promover a diversidade diante das diferenças raciais, culturais, econômicas, mas ajustes são importantes e pertinentes. As instituições de ensino e seus professores devem ser conscientizados das diferenças de seus alunos, que nem todos chegarão com a “bagagem” escolar necessária e muitos não terão tempo de estudar fora do horário de aula. As instituições de ensino poderiam propor nas primeiras semanas do curso um “momento de ambientação” em que seriam retomados conteúdos estudados nos anos anteriores da escolarização e que são fundamentais para o aprendizado do curso, assim como destinar alguns dias da semana para que os alunos possam estudar em sala de aula, possibilitando que tirem suas dúvidas com o próprio professor.

Dessa forma, não bastam somente mudanças nas leis para que as cotas sejam válidas, são necessárias mudanças nas instituições de ensino e no pensamento dos professores como dos próprios alunos, no intuito de buscar meios para que o ensinar e aprender realmente aconteçam.

Referências

BOTO, C. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 26, n.92, p. 777-798, out. 2005.

BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F.; PEIXOTO, M. do C. L. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG. **Avaliação**. Campinas, v.8, n.1, p. 161-189, mar. 2003.

BRASIL. **LEI Nº12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012 Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível on-line <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=265537&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>. Acesso em: 21 set. 2012.

CHAGAS, J.; TORRES, R. Escola para quem precisa. **Revista Poli**: saúde, educação e trabalho. Ano I, n.3, p. 2-5, jan/fev. 2009.

FREITAS, K. S. de. Gestão educacional e evasão de estudantes. In: XXII Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação. 2007, Porto Alegre. **Cadernos Anpae “Por uma escola de qualidade para todos”**. Porto Alegre. n.4, p.1-19, nov.2007.

GISI, M. L. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 6, n.17, p. 97-112, 2006.

GOMES, J. B. O uso da lei no combate ao racismo: direitos difusos e ações civis públicas. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (Org.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, p. 389-410, 2000.

Ação afirmativa e o princípio constitucional da igualdade. A experiência dos EUA. 1. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais mínimos**. Disponível on-line: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 18 out. 2012.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: histórias e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. n.117, p. 197-217, nov. 2002.

MUNANGA, K.. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (orgs.). **Educação e ações afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, p. 115-128, 2003.

SANTOS, S. A. dos et al. Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 913-929, Dec. 2008.

SILVA FILHO, R. L. L. e et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**. Campinas, v. 37, n.132, p. 641-659, dez. 2007.

VELLOSO, J. Cotistas e não-cotistas: rendimento de alunos da Universidade de Brasília. **Caderno de pesquisas**, v. 39, n.137, p. 621-644, mai/ago. 2009.

Recebido em 2015-04-07

Publicado em 2015-07-09